



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

205  
JP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302301-6

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ACLASTA. PACIENTE PORTADORA DE OSTEOPOROSE ASSOCIADA A PROBLEMAS GÁSTRICOS CRÔNICOS. DIREITO HUMANO À SAÚDE E À VIDA DIGNA. DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO. TERAPÊUTICA INDICADA POR MÉDICO ESPECIALISTA. SÚMULA 18 DO TJPE. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada. É patente a legitimidade ministerial na defesa de típico direito individual homogêneo, por meio da Ação Civil Pública.
2. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990).
3. O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).
4. A norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.
5. O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.
6. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

206  
[assinatura]

7. Portanto, no que se refere à existência de política, não há nos autos nenhuma prova de que os outros tratamentos citados pelo agravante sejam realmente de igual qualidade e eficiência, devendo ser atendida a solicitação do médico que atendeu a substituída, pois é o profissional habilitado para decidir qual a droga que mais se apropria ao caso.
8. À unanimidade, Recurso de Agravo não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, conhecer e, no mérito, dar improvimento ao presente agravo, mantendo incólume a decisão monocrática do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

207  
TJP.

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302301-6

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso de apelação do Estado de Pernambuco, no sentido de manter a decisão de primeiro grau, proferida pelo MM. Juiz de 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde, que, nos autos da Ação Civil Pública, julgou procedente o pedido formulado na inicial, determinando que o apelante forneça o medicamento ACLASTA 01 FRASCO/AMPOLA POR ANO, para aplicação, uma vez por ano, na Sra. Nercy Siqueira Soares, conforme prescrição médica, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e com a possibilidade de bloqueio de numerários do Estado de Pernambuco, cf. fls. 174/181.

A substituída sustenta ser portadora de Osteoporose (CID: M819) associada a problemas gástricos crônicos, sendo-lhe prescrito o uso do medicamento ÁCIDO ZOLEDRÔNICO (ACLASTA) 01 FRASCO/AMPOLA POR ANO, pois a aludida patologia encontra-se em estado avançado, podendo levá-la a óbito. Entrementes, afirma não ter condições financeiras para suportar os custos de tal tratamento.

Em suas razões recursais (fls. 184/186), o Estado de Pernambuco limita-se, em síntese, a reiterar as razões aduzidas no recurso de apelação.

Assim sendo, não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 174/181, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

Às fls. 194/201, a Procuradoria de Justiça pugna pelo conhecimento e desprovimento do recurso de agravo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

208  
103.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 24.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

209  
10/10

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0302301-6

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR : CRISTINA CÂMARA WANDERLEY QUEIROZ  
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
RELATORA CONVOCADA : Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pelo agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

O caso em tela trata do fornecimento do medicamento ACLASTA 01 FRASCO/AMPOLA POR ANO à Nercy Siqueira Soares, portador de Osteoporose (CID: M819) associada a problemas gástricos crônicos, conforme relatório médico subscrito pelo Dr. Eduardo Henrique W. Arcoverde - CRM 11960, vide fls. 17.

O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada. É patente a legitimidade ministerial na defesa de típico direito individual homogêneo, por meio da Ação Civil Pública.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido da legitimidade do Ministério Público para promover Ação Civil Pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando a presença de relevância social objetiva do bem jurídico tutelado (a dignidade da pessoa humana, a qualidade ambiental, a saúde, a educação) ou diante da massificação do conflito em si considerado.

Apresenta natureza de interesse indisponível a tutela jurisdicional do direito à vida e à saúde de que tratam os artigos 5º, caput e 196 da CF/88, em favor de pessoa que necessita de medicamento.

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIREITO INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DE INTERESSES OU DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ. 1. O Ministério Público possui legitimidade ad causam para propor Ação Civil Pública visando à defesa de direitos individuais*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

210  
top.

*homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando a presença de relevância social objetiva do bem jurídico tutelado a dignidade da pessoa humana, a qualidade ambiental, a saúde, a educação. 2. Recurso especial provido. (STJ - Resp: 945785 RS 2007/0094569-7, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 04/06/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/06/2013)*

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSOESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO INDIVIDUALINDISPONÍVEL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DEINTERESSES OU DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTE DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**  
1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou seu entendimento pela legitimidade do Ministério Público para ajuizar Ação Civil Pública "com o intuito de garantir fornecimento de prótese auditiva a portador de deficiência" (REsp 931.513/RS, Rel.p/ acórdão Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27/9/10).2. Agravo não provido. (1086805 RS 2008/0191648-9, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 02/08/2011, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/09/2011).

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

211  
10p.

portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

*"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."*

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

**ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.**

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. Precedentes.

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adeque ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

212  
rp.

**REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO.** 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

**"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS.** O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

213  
JP.

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, consequentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, a substituída postula o fornecimento da substância "ACLASTA" para tratamento da enfermidade que lhe acomete - OSTEOPOROSE.

Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do equipamento em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que a profissional que atendeu a substituída Nercy Siqueira Soares é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

Portanto, no que se refere à existência de política, não há nos autos nenhuma prova de que os outros tratamentos citados pelo agravante sejam realmente de igual qualidade e eficiência, devendo ser atendida a solicitação do médico que atendeu a substituída, pois é o profissional habilitado para decidir qual a droga que mais se apropria ao caso.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

*RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE*

9  
JP.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

214  
top.

*PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e recetar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios.4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão.5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)*

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

215  
TJP

*PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)*

Ademais, considero escorreita decisão que possibilita o bloqueio de numerários do Estado a fim de garantir o custeio do medicamento pleiteado, indispensável à saúde da paciente. Não se pode ter por ilegítima, ante a omissão do agente estatal responsável, a determinação judicial do bloqueio de verbas públicas como meio de efetivação do direito prevalente. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é neste sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535. INOCORRÊNCIA. TUTELA ANTECIPADA. MEIOS DE COERÇÃO AO DEVEDOR (CPC, ARTS. 273, §3º E 461, §5º). FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. CONFLITO ENTRE A URGÊNCIA NA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO E O SISTEMA DE PAGAMENTO DAS CONDENAÇÕES JUDICIAIS PELA FAZENDA. PREVALÊNCIA DA ESSENCIALIDADE DO DIREITO À SAÚDE SOBRE OS INTERESSES FINANCEIROS DO ESTADO.*

*1. Não viola o artigo 535 do CPC, nem importa em negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia posta.*

*2. É cabível, inclusive contra a Fazenda Pública, a aplicação de multa diária (astreintes) como meio coercitivo para impor o cumprimento de medida antecipatória ou de sentença definitiva de obrigação de fazer ou entregar coisa, nos termos dos artigos 461 e 461A do CPC. Precedentes.*

*3. Em se tratando da Fazenda Pública, qualquer obrigação de pagar quantia, ainda que decorrente da conversão de obrigação de fazer ou de entregar*

11



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

216  
top.

*coisa, está sujeita a rito próprio (CPC, art. 730 do CPC e CF, art. 100 da CF), que não prevê, salvo excepcionalmente (v.g., desrespeito à ordem de pagamento dos precatórios judiciais), a possibilidade de execução direta por expropriação mediante seqüestro de dinheiro ou de qualquer outro bem público, que são impenhoráveis.*

*4. Todavia, em situações de inconciliável conflito entre o direito fundamental à saúde e o regime de impenhorabilidade dos bens públicos, prevalece o primeiro sobre o segundo. Sendo urgente e impostergável a aquisição do medicamento, sob pena de grave comprometimento da saúde do demandante, não se pode ter por ilegítima, ante a omissão do agente estatal responsável, a determinação judicial do bloqueio de verbas públicas como meio de efetivação do direito prevalente.*

*5. Recurso especial parcialmente provido.*

*(REsp 840.912/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/02/2007, DJ 23/04/2007, p. 236)*

*FORNECIMENTO. MEDICAMENTO. BLOQUEIO. VALORES. CUMPRIMENTO. DECISÃO JUDICIAL. A Turma deu provimento ao recurso e reiterou entendimento segundo o qual é possível a concessão de tutela específica para determinar o bloqueio de valores em contas públicas, a fim de garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Precedentes citados: REsp 656.838-RS, DJ 20/6/2005; AgRg no Ag 706.485-RS, DJ 6/2/2006, e AgRg no Ag 696.514-RS, DJ 6/2/2006. REsp 801.860-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 6/3/2007.*

Assim, entendo cabível o bloqueio de valores do erário público, cujo procedimento é uma medida excepcional, condicionada, de um lado, à comprovação de risco de grave comprometimento da saúde da substituída e, de outro, à demonstração de que o Estado se recusa a fornecer, de forma adequada, o respectivo medicamento.

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo, mantendo-se, in totum, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto

Recife, 24.09.13.

Juíza Cátia Luciene Laranjeira de Sá  
Relatora Convocada